

TEXTO I

A síndrome do impostor

Todos nós usamos “máscaras”. E isso não quer dizer que tenhamos a intenção de enganar o mundo

A síndrome do impostor é, na verdade, o conflito interno que denuncia a distância entre o nosso íntimo e a forma como nos projetamos no mundo.

Todos nós usamos “máscaras”. E isso não quer dizer que tenhamos a intenção de enganar o mundo, mas apenas que existe, dentro de nós, a necessidade de sermos aceitos.

Somos cercados de protocolos: a receita pronta do sucesso profissional, o modelo perfeito de família, o padrão estético massificado, as convenções sociais sobre o que é certo e errado, ou sobre o que é nobre e fútil, valoroso ou inútil. E nos desdobramos para fazer nossas peças se encaixarem no quebra-cabeça dessas formatações, porque, no fundo, queremos pertencer.

A necessidade de pertencer é, inclusive, legítima. Somos seres sociais, afinal de contas. O problema começa quando colocamos a vontade de sermos aceitos à frente das nossas verdadeiras pulsões. E, assim, para nos adaptarmos ao senso comum, criamos um personagem.

É natural modificarmos sutilmente nossas atuações quando se altera o contexto. Mas, no momento em que as adaptações se tornam afrontas à nossa própria liberdade, estamos caindo na cilada de vestir a fantasia do personagem.

É razoável alterarmos sutilmente nossas condutas quando estamos num ambiente profissional, por exemplo. Mas não é equilibrado, por exemplo, ser uma pessoa em casa e outra radicalmente diferente no trabalho.

As adaptações feitas por bom senso e respeito aos ambientes que nos cercam são válidas. Mas adaptações sutis não geram efeito colateral. O que nos adoce por dentro é a dose errada de transformação que nos dispomos a fazer na tentativa de pertencer.

Quanto menor for a distância entre quem somos e a forma como nós atuamos no mundo, mais livres, autênticos e inteiros vamos nos sentir. E, quanto mais distante for o nosso universo interno das duas atuações no mundo externo, maiores as chances de nos sentirmos impostores.

Um impostor habilidoso pode convencer o mundo, mas não há performance boa o suficiente para enganar a si. Aplausos seduzem o ego, mas não acalmam os estragos que a falta de integridade provoca na essência. Quanto mais espessa for a máscara, maior a dose de solidão quando as cortinas se fecham. Porque solidão, ao contrário do que muitos pensam, não é falta do outro, é falta de si. E nada nos distancia mais de nós mesmos do que nos projetarmos no mundo de uma forma que, no íntimo, nem somos.

O Yoga ensina que, quando o falar e o agir estão em sintonia com o sentir, é sinal de que estamos inteiros. E desse alinhamento nasce um tipo de autoestima que não é baseado em imagem, e sim em integridade. E não existe melhor remédio para a tal síndrome do impostor do que ser em público o mais próximo possível de quem se é no privado.

Autora: Carol Rache

Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaofilosophadas/a-sindrome-do-impostor-1.2571776>

01) O texto “A síndrome do impostor”, de Carol Rache, tem por objetivo

- a) informar ao leitor as características da síndrome do impostor e suas consequências para a saúde.
- b) descrever as características da síndrome do impostor, seus sintomas e as formas de preveni-la.
- c) refletir sobre as relações existentes entre a síndrome do impostor e o desejo de pertencimento.
- d) trazer os benefícios do Yoga para o autoconhecimento e para a prevenção da saúde emocional.
- e) induzir o leitor a acreditar que não devemos ajustar a própria imagem para sermos aceitos socialmente.

02) Partindo da noção de que um gênero textual possui uma estrutura e uma finalidade comunicativa, pode-se classificar o texto “A síndrome do impostor” como

- a) uma crônica, uma vez que se trata de uma narrativa reflexiva inspirada em fatos que ocorrem no cotidiano.
- b) uma notícia, uma vez que o texto foi publicado em um jornal e tem a função principal informar seus leitores.
- c) uma reportagem, uma vez que o seu foco central é trazer informações variadas acerca de um tema específico.
- d) um artigo de opinião, uma vez que por meio de argumentos o autor busca a adesão do leitor a seu ponto de vista.
- e) um relato, uma vez que o tema é tratado a partir da perspectiva subjetiva do autor sobre um determinado assunto.

03) Só **não** é causa da síndrome do impostor

- a) desejar pertencer a um determinado grupo.
- b) buscar um modelo profissional de sucesso.
- c) desconsiderar a própria individualidade.
- d) tentar seguir o padrão de beleza imposto.
- e) seguir somente formatações preestabelecidas.

04) A respeito do texto, analise as afirmativas a seguir.

I. Apesar de ser legítima, a necessidade de pertencer é prejudicial ao ser humano, pois está diretamente relacionada à síndrome do impostor.

II. O desejo de pertencer faz com que o ser humano tente se ajustar a modelos e padrões com os quais nem sempre concorda.

III. Às vezes, é necessário ajustarmos nossas condutas em nossas interações para mantermos um ambiente mais equilibrado.

IV. A síndrome do impostor adoce o ser humano, pois faz com que ele perca a própria integridade na busca por ser aceito pela sociedade.

É correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

05) No trecho “Somos cercados de protocolos: a receita pronta do sucesso profissional, o modelo perfeito de família, o padrão estético massificado, as convenções sociais sobre o que é certo e errado”, as vírgulas foram utilizadas para

- a) separar os adjuntos adverbiais deslocados.
- b) separar orações coordenadas assindéticas.
- c) separar o sujeito e o predicados das orações.
- d) separar termos de mesma função sintática.
- e) separar termos para evitar a ambiguidade.

06) Em todos os trechos a seguir, retirados do texto, o termo “que” é classificado como pronome relativo, **exceto** em:

- a) “... isso não quer dizer que tenhamos a intenção de enganar o mundo ...”.
- b) “... o conflito interno que denuncia a distância entre o nosso íntimo ...”.
- c) “... as convenções sociais sobre o que é certo e errado, ou sobre ...”.
- d) “... momento em que as adaptações se tornam afrontas à nossa própria ...”.
- e) “... por bom senso e respeito aos ambientes que nos cercam são válidas.”.

07) Em “**Quanto menor** for a distância entre quem somos e a forma como nós atuamos no mundo, **mais** livres, autênticos e inteiros vamos nos sentir.”, os termos destacados transmitem uma ideia de

- a) condição.
- b) concessão.
- c) comparação.
- d) proporção.
- e) consecução.

08) O trecho “Mas, no momento em que as adaptações se tornam afrontas à nossa própria liberdade, estamos caindo na cilada de vestir a fantasia do personagem.” pode ser reescrito, mantendo o mesmo sentido, da seguinte forma:

- a) “Porém, no momento em que as adaptações se tornam alinhadas à nossa própria liberdade, estamos caindo na cilada de vestir a fantasia do personagem.”.
- b) “Entretanto, quando os ajustes se tornam incompatíveis com a nossa própria liberdade, estamos caindo na armadilha de vestir a fantasia do personagem.”.
- c) “Portanto, assim que as adaptações se tornam contrárias à nossa própria liberdade, corremos o risco de irmos contra a nossa verdadeira essência.”.
- d) “No entanto, ainda que as adaptações se tornem distanciadas da nossa própria liberdade, estamos caindo no erro de não sermos nós mesmos.”.
- e) “Assim, a partir do momento em que as adaptações se tornam desrespeito à própria liberdade, estamos caindo no erro vestir a fantasia do personagem.”.

TEXTO II.



Disponível em <https://bichinhosdejardim.com/cara-estranho/>

09) Sobre o texto II, analise as afirmativas a seguir.

- I. A presença da linguagem não verbal é essencial para a compreensão da mensagem veiculada.
- II. A maioria dos personagens presentes no texto possuem comportamentos e atitudes semelhantes.
- III. É visto como estranho o personagem que possui comportamento distinto dos demais personagens.
- IV. O texto promove uma reflexão acerca da alienação do ser humano decorrente do mau uso do celular.

É correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

10) Pode-se dizer que o texto II retoma o tema abordado no texto I de uma outra forma e com outra linguagem. O termo que melhor define a relação entre ambos é a

- a) intertextualidade.
- b) metalinguagem.
- c) paródia.
- d) conotação.
- e) denotação.

TEXTO III.

Jesse Koz e Shurastey e o valor da felicidade no trabalho

Não dá para esperar

A morte de Jesse Koz, um brasileiro que viajava pelo mundo de fusca com o seu cachorro comoveu milhões de pessoas. Jesse dizia que vivia uma vida que não queria viver. Passava todo seu tempo trabalhando dentro de uma loja em um shopping sem perspectivas e estava muito infeliz. Em um determinado momento, decidiu sair do emprego e abandonar a faculdade de educação física.

Vendeu as poucas coisas que tinha: um videogame, uma televisão, um micro-ondas e uma moto. Apurou R\$ 10 mil e comprou um fusquinha. Pegou seu cachorro, o Shurastey, e saiu em uma viagem sem rumo. Sua aventura, infelizmente, não teve um final feliz, e Jesse e Shurastey morreram após acidente em uma estrada dos Estados Unidos, a caminho do Alasca. De acordo com uma amiga, Jesse sempre dizia que “a vida é mais do que ficar esperando”. Ele não esperou. Ele foi lá, ele viveu o que queria ter vivido.

Quem nunca pensou em mudar de vida? Viver uma grande transformação? E por que não colocamos esses planos em ação? São tantas as inseguranças e perguntas nesse caminho. “Será que vai dar certo?” “E se eu me arrepender?” “Não vou trocar o certo pelo duvidoso”. Temos tantos medos! É o que nos paralisa e acaba trazendo frustração para nossa vida pessoal e profissional.

Mas afinal, “o que é felicidade no trabalho?”. Você já deve ter ouvido a frase, atribuída ao sábio chinês Confúcio: “Faça o que você ama e não terá que trabalhar um dia”. Quando alguém gosta do que faz, se sente empolgado para realizar suas tarefas e cumprir as metas e não torce só pela chegada da sexta-feira e lamenta profundamente o fim do domingo.

É claro que não tem nenhum problema em querer ter um tempo livre, planejar o seu descanso, sonhar com o fim de semana, com as férias. O ponto de atenção é quando não sentimos mais nenhum interesse nas nossas realizações profissionais e passamos o tempo todo de olho no relógio, contando os minutos para ir embora. Cada hora no trabalho é um grande sacrifício e o estresse reflete na nossa saúde física e mental.

A boa notícia é que você pode sim ser feliz no seu trabalho, sem necessariamente ter que tomar uma atitude tão radical e abandonar tudo e sumir. Alcançar essa tão sonhada felicidade não é algo muito simples, mas possível.

O importante é entendermos que não é uma questão de ignorar os sentimentos ruins, mas mudarmos a nossa perspectiva, com rotinas e relações mais saudáveis. Um bom exemplo de como fazer isso é criando metas alcançáveis, aumentando o engajamento da sua equipe. Tente transformar sua rotina em algo divertido. Entender também que não estamos imunes aos problemas. Complicações irão surgir e a pressão não vai deixar de existir. Precisamos lutar para criar o melhor ambiente possível e esse é papel de todos, colaboradores, líderes e da empresa.

Que a história de Jesse e Shurastey desperte em todos nós o sentimento da urgência da felicidade. Precisamos ser felizes hoje e não quando o final de semana chegar, quando sairmos de férias ou, somente quando nos aposentarmos! Não podemos jogar na lata de lixo, todos os dias, 8 horas da nossa vida e sermos felizes apenas com o que sobrar.

Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/open-mind-brazil/jesse-koz-e-shurastey-e-o-valor-da-felicidade-no-trabalho-1.2676954>

11) Sobre o uso de sequências narrativas, nos dois primeiros parágrafos do texto III, analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de um uso incorreto, uma vez que essas estruturas linguísticas não são permitidas em textos dissertativos-argumentativos.
- II. Trata-se uma estratégia argumentativa, uma vez que permitiu ao autor contextualizar o tema a ser debatido ao longo do texto.
- III. Trata-se de um uso prejudicial à coesão do texto, uma vez que esse tipo de estrutura prejudica a organização dos argumentos.

É correto o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

12) A respeito da pontuação utilizada no terceiro parágrafo do texto III, analise as afirmações a seguir.

- I. As interrogações contribuem para levar o leitor a uma reflexão sobre o tema debatido.
- II. As interrogações ilustram dúvidas comuns quando se busca uma mudança de vida.
- III. As aspas foram utilizadas para diferenciar as vozes presentes no texto.

IV. As aspas foram utilizadas para evidenciar que o texto entre elas possui sentido figurado.

É correto o que se afirma em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, II e III.

13) De acordo com o texto III, para ser feliz no trabalho, é necessário

- a) esquecer os sentimentos ruins relacionados à rotina cotidiana.
- b) mudar radicalmente os hábitos em direção ao que se gosta.
- c) alterar a forma como se percebe e se vive os fatos do dia-a-dia.
- d) alcançar as metas definidas pela equipe e suas recompensas.
- e) planejar as ações com vistas a ter uma segurança no futuro.

14) Assinale a alternativa em que o verbo destacado possui a mesma transitividade do verbo presente no seguinte trecho do texto: "... para **criar** o melhor ambiente possível ...".

- a) "Quando alguém **gosta** do que faz ...".
- b) "Quem nunca **pensou** em mudar de vida?".
- c) "... **sonhar** com o fim de semana, com ...".
- d) "**Vendeu** as poucas coisas que tinha.".
- e) "... **desperte** em todos nós o sentimento ...".

15) Segundo as convenções ortográficas, as palavras paroxítonas terminadas em ditongo devem ser acentuadas. Assinale a alternativa cuja palavra em destaque exemplifica essa regra.

- a) "... abandonar a faculdade de educação **física**.".
- b) "... um videogame, uma **televisão**, um micro-ondas ...".
- c) "... a frase, **atribuída** ao sábio chinês Confúcio ...".
- d) "... lutar para criar o melhor ambiente **possível** ...".
- e) "... sonhar com o fim de semana, com as **férias**.".

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16) Assinale a alternativa que corresponda aos protocolos de serviços da internet, responsáveis pelo envio e recepção de e-mails.

- a) FTP e URL.
- b) IRC e HTTP
- c) SMTP e POP.

- d) SMTP e URL.
- e) HTTP e FTP.

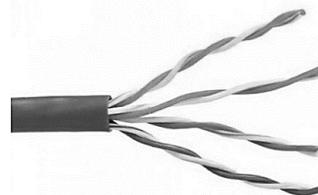
17) Sobre os backups incrementais, assinale a alternativa correta.

- a) São backups acumulativos.
- b) Este tipo de backup é mais demorado, pois tem que copiar todos os arquivos envolvidos todas as vezes que for feito.
- c) Não rodam mais rápido que os backups completos.
- d) Não fazem backup de arquivos modificados.
- e) Primeiro verificam a hora e data de alteração dos arquivos envolvidos, de posse destas informações será possível copiar somente os arquivos que foram alterados desde a realização do último backup.

18) Existem três tipos de operação na transmissão de dados: simplex, halfduplex e full-duplex. Marque a alternativa que corresponda a um exemplo de halfduplex.

- a) Rádio.
- b) Celular.
- c) Televisão.
- d) Walkie-talkie.
- e) Monitor.

19) Analise a imagem abaixo e responda.



Qual a classificação do cabo representado na imagem?

- a) Cabo coaxial.
- b) Cabo de par trançado – UTP.
- c) Fibras ópticas.
- d) Cabo de par trançado – FTP.
- e) Cabo de par trançado – STP.

20) É considerado um software de sistema o:

- a) Photoshop.
- b) Google.
- c) Android.
- d) Windows Media Player.
- e) Word.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) No molde previsto no art. 5º, inciso LXX da Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por, EXCETO:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) qualquer cidadão que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado

participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.

c) organização sindical.

d) entidade de classe.

e) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

22) Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos da Constituição Federal, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria, relativa a:

a) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º da Constituição Federal.

b) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

c) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

d) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

e) organização da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

23) Assinale a alternativa INCORRETA. Conforme expresso na Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

c) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

d) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

e) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

24) Quanto ao controle de constitucionalidade, a luz dos precedentes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

a) É inconstitucional o dispositivo de constituição estadual que confere ao tribunal de justiça local a prerrogativa de processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade contra leis e atos normativos municipais tendo como parâmetro a Constituição Federal, embora se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados.

b) Ação de controle concentrado de constitucionalidade pode ser utilizada como sucedâneo das vias processuais ordinárias.

c) É constitucional adoção de lei orgânica municipal como parâmetro de controle abstrato de constitucionalidade estadual, em face de ato normativo municipal, uma vez que a Constituição Federal, no art. 125, § 2º, estabelece como parâmetro a lei orgânica municipal e a constituição estadual.

d) A ADPF pode ter por objeto as omissões do poder público, quer totais ou parciais, normativas ou não normativas, nas mesmas circunstâncias em que ela é cabível contra os atos em geral do poder público, desde que essas omissões se afigurem lesivas a preceito fundamental, a ponto de obstar a efetividade de norma constitucional que o consagra.

e) A pessoa física tem representatividade adequada para intervir na qualidade de amigo da Corte em ação direta.

25) Assinale a alternativa INCORRETA. Conforme expresso na Constituição Federal (art. 200), ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

b) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

c) proteção à maternidade, especialmente à gestante.

d) ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

e) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

26) Conforme dispõe a Lei 8.429/92, com as alterações trazidas pela Lei 14.230/21, constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º da mencionada Lei, e notadamente as alternativas adiante, EXCETO:

a) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

b) facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

c) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou

locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

d) utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

27) Assinale a alternativa CORRETA. Conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

a) União: 60% (sessenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 50% (cinquenta por cento).

b) União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 50% (cinquenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).

c) União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).

d) União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 50% (cinquenta por cento).

e) União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 40% (quarenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).

28) No que se refere ao instituto da desapropriação, assina a alternativa CORRETA, conforme Jurisprudência consolidada do STJ:

a) A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária não é obrigatória.

b) A ação de desapropriação direta ou indireta, em regra, não pressupõe automática intervenção do Ministério Público, exceto quando envolver, frontal ou reflexamente, proteção ao meio ambiente, interesse urbanístico ou improbidade administrativa.

c) A imissão provisória na posse do imóvel objeto de desapropriação, caracterizada pela urgência, é imprescindível de avaliação prévia ou de pagamento integral, não se admitindo apenas o depósito judicial, nos termos da Decreto-Lei n. 3.365/1941.

d) Na desapropriação, a base de cálculo dos juros compensatórios é a diferença entre os 70% do preço ofertado e o valor do bem definido judicialmente.

e) Nas hipóteses em que o valor da indenização fixada judicialmente for igual ou inferior ao valor ofertado inicialmente, a base de cálculo para os juros compensatórios e moratórios deve ser os 30% (trinta por cento) que ficaram indisponíveis para o expropriado.

29) Em matéria de servidores públicos, nos termos da Jurisprudência em Teses do STJ, assinale a alternativa CORRETA:

a) É ilegítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista.

b) É permitido o cômputo do tempo do curso de formação para efeito de promoção do servidor público, sendo, contudo, considerado tal período para fins de progressão na carreira.

c) A investidura originária se enquadra no conceito de deslocamento para fins da concessão da licença para acompanhar cônjuge com exercício provisório.

d) É ilícita a cassação de aposentadoria de servidor público, diante do caráter contributivo do benefício previdenciário.

e) O termo inicial para o pagamento dos proventos integrais devidos na conversão da aposentadoria proporcional por tempo de serviço em aposentadoria integral por invalidez é a data do requerimento administrativo.

30) Assinale a Alternava CORRETA - Nos termos do Decreto-Lei 201/67, são crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

a) Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de

investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída.

b) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.

c) Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.

d) Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.

e) Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.

31) Quanto ao Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, a luz da Jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

a) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.

b) A Justiça Comum (Estadual ou Federal) é competente para executar, as contribuições previstas no art. 195, incisos I, alínea “a”, e II, da Carta da República, relativamente a títulos executivos judiciais por si formalizados em data anterior à promulgação da Emenda Constitucional nº 20/1998.

c) Servidores que tiveram relação jurídica regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, modificada considerado o regime jurídico único, não têm direito à diferença remuneratória decorrente do Plano de Cargos e Salários - PCCS.

d) Compete à Justiça do Trabalho julgar conflitos entre Município e servidor contratado depois da CF/88, ainda que sem concurso público, pois, uma vez vigente regime jurídico-administrativo, este disciplinará a absorção de pessoal pelo poder público.

Logo, eventual nulidade do vínculo e as consequências daí oriundas devem ser apreciadas pela Justiça do Trabalho, e não pela Justiça Comum.

e) Compete à Justiça comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal. STF. Plenário. RE 960429/RN, Rel. Min.

Gilmar Mendes, julgado em 4 e 5/3/2020 (repercussão geral – Tema 992) (Info 968).

32) Quanto ao Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, a luz da Jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) É constitucional a fixação de depósito prévio como condição de procedibilidade de ação rescisória.

b) Compete à Justiça do Trabalho apreciar os pedidos de alvará visando a participação de crianças e adolescentes em representações artísticas.

c) A Comissão de Conciliação Prévia constitui meio legítimo, mas não obrigatório, de solução de conflitos. Isso significa que é permitido que o empregado ingresse diretamente com a reclamação na Justiça do Trabalho, mesmo que não tenha buscado previamente a Comissão de Conciliação Prévia. Deve ser resguardado o acesso à Justiça para os que venham a ajuizar demandas diretamente na Justiça do Trabalho.

d) Compete à Justiça do Trabalho julgar causa relacionada com depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de servidor que ingressou no serviço público antes da Constituição de 1988 sem prestar concurso.

e) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas propostas contra órgãos da Administração Pública, por servidores que ingressaram em seus quadros, sem concurso público, antes da CF/88, sob regime da CLT, com o objetivo de obter prestações de natureza trabalhista.

33) Assinale a Alternativa INCORRETA. Conforme dispõe a Constituição Federal, pertencem aos Municípios:

a) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

b) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I (Art. 154. A União poderá instituir: I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo

anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição).

c) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III (Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: § 4º O imposto previsto no inciso VI do caput: III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.).

d) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

e) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

34) Conforme disposição expressa no Código Tributário Nacional, não estão incluídos nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

b) moratória e o depósito do seu montante integral.

c) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

d) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

e) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

35) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. O Código Tributário Nacional, estabelece regras quanto a prescrição. Analisando as assertivas adiante, assinale a alternativa que não constam do rol do Código Tributário Nacional como causas de interrupção da Prescrição do Crédito Tributário.

a) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

- b) pelo protesto judicial.
 - c) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
 - d) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
 - e) por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
-

36) Assinale a alternativa INCORRETA. Nos termos preconizados no Código de Processo Civil, é competente o foro, para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.
 - b) de domicílio do guardião de filho incapaz.
 - c) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.
 - d) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal.
 - e) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).
-
-

37) Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos do Código de Processo Civil, há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

- a) amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
 - b) que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.
 - c) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
 - d) interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
 - e) em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
-

38) Assinale a alternativa INCORRETA. Considerando o que consta expresso no Código de

Processo Civil, os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

- a) em que o exija o interesse público ou social.
 - b) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
 - c) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
 - d) atos judiciais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
 - e) que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.
-

39) No que se refere aos instrumentos da política urbana, constantes do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), assinale a alternativa CORRETA. Para os fins do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001, serão utilizados, entre outros instrumentos, como institutos jurídicos e políticos:

- a) desapropriação.
 - b) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU.
 - c) contribuição de melhoria.
 - d) incentivos e benefícios fiscais e financeiros.
 - e) planos de desenvolvimento econômico e social.
-

40) Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), assinale a alternativa INCORRETA. Conforme o art. 37 do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- a) adensamento populacional; equipamentos urbanos e comunitários.
- b) uso e ocupação do solo; valorização imobiliária.
- c) geração de tráfego e demanda por transporte público.
- d) mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

e) ventilação e iluminação, e paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
